



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Ministerial**  
**Área Direito**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto que segue.

## O cego de Ipanema

*Caminha depressa e ritmado, a cabeça balançando no alto, como um instrumento, a captar os ruídos, os perigos, as ameaças da Terra. Os cegos, habitantes de mundo esquemático, sabem aonde ir, desconhecendo as nossas incertezas e perplexidades. Sua bengala bate na calçada com um barulho seco e compassado, investigando o mundo geométrico. A cidade é um vasto diagrama, de que ele conhece as distâncias, as curvas, os ângulos. Sua vida é uma série de operações matemáticas, enquanto a nossa costuma ser uma improvisação constante, uma tonteira, um desvario. Sua sobrevivência é um cálculo.*

*Um dia eu o vi em um momento particular de mansidão e ternura. Um rapaz que limpava um cadillac sobre o passeio deixou que ele apalpasse todo o carro. Suas mãos percorreram o para-lama, o painel, os faróis, os frisos. Seu rosto se iluminava, deslumbrado, como se seus olhos vissem pela primeira vez uma grande cachoeira, o mar de encontro aos rochedos, uma tempestade, uma bela mulher.*

(Paulo Mendes Campos. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 31)

1. O primeiro e o segundo parágrafos destacam, respectivamente, as seguintes características do “cego de Ipanema”:
- (A) a segurança com que improvisa um novo trajeto e a sensação de júbilo que sente ao contato com formas que desconhece.
  - (B) a extrema cautela na avaliação do espaço e a capacidade de precisar as peças de um carro que ele apalpa.
  - (C) a natural insegurança de quem caminha pela cidade e a imaginação com que vai avaliando as formas de um carro.
  - (D) o apurado senso de orientação no espaço delineado e a capacidade de se deleitar com a sensação tátil das formas.
  - (E) o ritmo titubeante das passadas e a capacidade de reconhecer com as mãos as formas de um automóvel.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A assertiva *Sua sobrevivência é um cálculo* (1<sup>o</sup> parágrafo), referida ao homem cego, justifica-se pelas expressões que imediatamente a antecedem, entre elas *improvisação constante*.
- II. No 1<sup>o</sup> parágrafo, o autor do texto estabelece uma relação entre as capacidades desenvolvidas pelos homens cegos e a autossuficiência com que parecem explorar os caminhos da vida.
- III. Testemunhando um *momento particular de mansidão e ternura* (2<sup>o</sup> parágrafo), o autor equipara um prazer possível ao cego e o desfrute visual de formas naturais.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

3. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) O que admirou o autor, na cena quando o cego reconhece as formas do carro, é que dava a impressão de que ele podia ver muito bem as paisagens magníficas que normalmente lhe negam.
- (B) Expressões como *vasto diagrama* e *mundo geométrico* devem de ser atribuídas ao cego em virtude dele caminhar com segurança em espaços cujo domínio ele se assegura.
- (C) O vocabulário usual da geometria, no primeiro parágrafo, aplica-se ao modo preciso e calculado pelo qual um homem cego se orienta no espaço por onde caminha.
- (D) A cabeça erguida e a bengala batendo compassada no chão indiciam que o cego caminha sem hesitar aonde ele sabe que as formas se interpretam tão bem como se fossem visíveis.
- (E) Parece-nos advertir o autor do texto que as pessoas que enxergam são por vezes tomadas por aflições em cujas os cegos não se deixam assaltar, por seus trejeitos seguros.

4. Os verbos indicados entre parênteses deverão flexionar-se no PLURAL para preencherem de modo correto as lacunas da frase:

- (A) Ao esfuziante *cadillac* qualquer um de nós ..... (**render**) todas as homenagens, crianças que éramos, extasiadas diante dos encantos que ..... (**reunir**) para nós aquela máquina fantástica.
- (B) É preciso que não se ..... (**atribuir**) a um cego deficiências que ele de fato não tem, em virtude da otimização dos outros sentidos, que nele se ..... (**desenvolver**) de modo excepcional.
- (C) Os obstáculos que normalmente ..... (**oferecer**) aos transeuntes uma rua atribulada ..... (**enfrentar**)-os um cego com toda a galhardia.
- (D) Não ..... (**dizer**) respeito às pessoas que têm vista perfeita a avaliação de normas de segurança cuja proposição ..... (**cabem**), sobretudo, aos cegos ou aos especialistas.
- (E) No texto, ..... (**suplantar**) os limites de um deficiente visual a cegueira de quem não se ..... (**valer**) dos olhos para distinguir melhor as coisas.

5. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

- (A) O cego tocava elementos do carro como quem aprecie uma bela paisagem, uma bela mulher, como quem esteja sucumbindo diante de uma beleza inexcédível.
- (B) Todos nós saberíamos andar com mais segurança pela movimentada cidade caso desenvolvamos um senso de percepção espacial tão apurado como o dos cegos.
- (C) As ruas da cidade virão a ser familiares para aqueles que, mesmo não as enxergando, souberem esquematizá-las mentalmente, como quem elabora uma íntima cartografia.
- (D) O cego não poderia caminhar com tanta desenvoltura caso a cidade não seja inteiramente esquematizada na cabeça, para só então tê-la explorado sem qualquer hesitação.
- (E) Enquanto o rapaz limpava o *cadillac*, o cego de Ipanema, com gestos seguros e delicados, percorrerá as formas do veículo como se o reconhecendo naquele exato momento.



6. A supressão da vírgula **altera** o sentido da frase em:
- I. Observei bem os movimentos daquele cego, enquanto ele caminhava com desenvoltura pela rua movimentada.
  - II. Que prazer encontrava o cego de Ipanema, percorrendo com as mãos as partes do belo automóvel!
  - III. Sempre nos impressionaremos com os cegos, que caminham com tanta segurança pela cidade.
- Atende ao enunciado SOMENTE o que está em
- (A) II e III.
  - (B) I e II.
  - (C) III.
  - (D) II.
  - (E) I.

**Atenção:** As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto seguinte.

*Fiquei velho na época errada. Toda a minha vida foi assim. Cheguei às diferentes fases da vida quando elas já tinham perdido as suas vantagens, ou antes de adquirirem vantagens novas. Veja você: a infância. Houve um tempo em que as crianças, assim, da minha classe, eram tratadas como príncipes e princesas. Não foi o meu. E a adolescência? A revolução sexual começou exatamente um dia depois do meu casamento. Quando cheguei à juventude, os jovens adultos estavam cuidando de suas carteiras de ações da Bolsa.*

*Tudo bem, pensei. Vou me preparar para a velhice e seus privilégios, com minha pensão e meus netos. Mas a Previdência está quase quebrando e meus netos, quando me olham, parecem estar me medindo para um asilo geriátrico. Cheguei tarde também à velhice.*

(Adaptado de: Luis Fernando Verissimo. **Em algum lugar do paraíso**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 48 e 49)

7. A ideia principal do texto está resumida de modo adequado na seguinte formulação: **O autor acredita que**
- (A) **muita gente, tal como ele, fica esperando os prazeres da fase seguinte da vida, deixando, com isso, de gozar os benefícios da que está vivendo.**
  - (B) **as vantagens da vida, no seu caso, foram desfrutadas em épocas distintas das que normalmente as pessoas passam a desfrutar.**
  - (C) **os proveitos da vida não se lhe ofereceram, pois jamais houve concomitância entre a vantagem de uma fase e a fase que estivesse atravessando.**
  - (D) **muita gente, ele inclusive, deixa de aproveitar o que há de melhor em cada fase da vida por ignorar as vantagens que cada uma oferece.**
  - (E) **os dissabores da vida fazem-nos esquecer ou subestimar o que há de vantajoso em cada fase, tal como sempre aconteceu com ele.**

8. Deve-se deduzir das informações apresentadas no texto que
- I. houve época em que se condicionavam, com certa naturalidade, os prazeres da vida sexual à contração do matrimônio.
  - II. os moços, à época da juventude do autor, entregavam-se já a tarefas que em nada os aliviava das responsabilidades dos adultos.
  - III. a velhice, ao contrário das outras fases da vida, não nos traz decepções, já que nos conformamos em dela nada esperar.
- Está correto o que se formula SOMENTE em
- (A) II e III.
  - (B) I e II.
  - (C) III.
  - (D) II.
  - (E) I.

9. Atente para as seguintes frases:
- I. Fiquei velho.
  - II. Supunha haver vantagens na velhice.
  - III. Não desfruto de vantagens em minha velhice.
- As frases acima articulam-se com correção e coerência neste período único:
- (A) Mesmo que supusesse haver vantagens, não as desfrutei quando fiquei velho.
  - (B) Embora supusesse haver vantagens, minha velhice não me fez desfrutá-las.
  - (C) Ao ficar velho, supus que houvessem vantagens na velhice, mas não teve nenhuma.
  - (D) As vantagens que supus para minha velhice não desfrutei quando à ela cheguei.
  - (E) Tendo ficado velho, não desfruto das vantagens que supunha haver na velhice.

10. Transpondo-se para a **voz ativa** a construção *eram tratadas como príncipes e princesas*, a forma verbal resultante deverá ser:
- (A) tratavam-nas.
  - (B) tratavam-se.
  - (C) teriam sido tratadas.
  - (D) foram tratadas.
  - (E) tinham-nas tratado.



**Atenção:** As questões de números 11 a 13 referem-se ao texto seguinte.

### Cantigas de roda

*Há quem veja tão somente fantasia e ingenuidade nas palavras das cantigas de roda: "Ciranda, cirandinha / Vamos todos cirandar"... Mas há algumas que fazem pensar, e muito: vão bem mais fundo do que parecem. Têm, às vezes, versos trágicos, como estes: "Menina, minha menina / Faz favor de entrar na roda / Cante um verso bem bonito / Diga adeus e vá-se embora". Trágicos, sim: podem ser ouvidos e entendidos como uma síntese da nossa vida, do tempo curto da nossa vida, a que viemos para entrar na roda, cantar alguma coisa de nós e partir... para sempre. É pouco? É tudo. E tem gente que vai embora sem nunca ter cantado coisa nenhuma. A escritora Orides Fontela usou esses versos populares como epígrafe de seu livro de poemas **Helianto**. Era a dona de uma poesia fina e trágica, cantava como poucos.*

(Carlos Rossignol, inédito)

11. Para considerar como trágicos os versos populares adotados por Orides Fontela, o autor do texto atribuiu-lhes o sentido que corretamente se resume nesta afirmação:

- (A) Conquanto não seja longa, a vida nos dá o tempo feliz de cantar, antes que passemos a sofrer.
- (B) Se a vida fosse curta, não teríamos sequer tempo para cantar alguma coisa e deixar nela nossa marca.
- (C) A vida é absurda, pois apenas ficamos cantando, sem saber por que viemos e qual será o nosso destino.
- (D) No escasso tempo da vida, cada um de nós cante seu breve recado, e já estará na hora de morrer.
- (E) Na roda-viva, nossas dores são tão grandes que a única compensação é cantar para tentar esquecê-las.

12. Há muita gente que, sem mesmo dar-se conta disto, parte desta vida sem nada ter cantado.

A frase acima conserva o sentido básico e mantém a correção nesta outra forma:

- (A) São muitos os que partem desta vida sem sequer se darem conta de que nada cantaram.
- (B) Por não se dar conta desta vida, há muitos que partem sem ter nada cantado.
- (C) Os que se vão sem ter nada cantado são muitos, que tão pouco se deram conta disso.
- (D) Muitos partem desta vida sem nada cantar, sem se dar conta de que são muitos os que o fazem.
- (E) Ainda que não se deem conta disso, há muita gente que canta muito antes de partir.

13. As formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:

- (A) Quando Orides Fontela se deteu diante daqueles versos, percebeu neles um recado essencial.
- (B) Se você rever os versos das tradicionais cantigas de roda, achar-lhes-á, aqui e ali, um sentido insuspeito.
- (C) Sua voz era grave e seca, talvez por isso não condizesse com as líricas palavras daquela canção.
- (D) Seu canto era muito curto, requis pouco tempo na roda, mas era belo e causou-nos forte impressão.
- (E) Se não lhe convier, não cante, mas depois já não lhe caberá tempo algum para vir a se arrepender.

14. Atente para as seguintes construções:

- I. Meu coração, não sei porque, bate feliz quando te vê.
- II. Sei que você se aborreceu comigo, só não sei por quê.
- III. Ela partiu sem me esclarecer o porquê de seu descontentamento.

Está correto o emprego da forma pronominal sublinhada SOMENTE em

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) I.

15. O cineasta alemão Wim Wenders afirmou em recente entrevista: – *A atual superabundância de imagens significa, basicamente, que somos incapazes de prestar atenção*. Deve-se entender que, nessa afirmação,

- (A) nossa indisposição para ver tantas coisas acaba tornando-as imagens fantasiosas e vazias.
- (B) a superabundância de imagens e a incapacidade de prestar atenção mantêm relação de causa e efeito.
- (C) a superabundância de imagens acabará por apurar de modo radical nosso senso de observação.
- (D) a oferta excessiva de informação decorre das nossas desmesuradas exigências de analistas.
- (E) nossa crescente deficiência intelectual acabará por acarretar uma profusão de imagens inúteis.



16. O emprego e a forma de todas as palavras estão plenamente adequados em:
- (A) Vangloriou-se de ser tachado de criativo por boa parte da crítica.
  - (B) Uma vez promovido a comandante, valeu-se desse posto iminente para tripudiar sobre seus colegas.
  - (C) A expedição do mandado de prisão foi fragrantemente precipitada.
  - (D) Os estratos mais pobres da população é que são os mais levados a expiar suas faltas.
  - (E) Ficou vexado quando percebeu que suas calças estavam arreando.

**Atenção:** As questões de números 17 a 20 referem-se ao texto seguinte.

### Visões totalizantes

*Volta e meia algum pensador propõe uma teoria em que o sentido completo da história humana se daria a conhecer. Entre esses pensadores ambiciosos, Auguste Comte (1798-1875) propôs sua famosa teoria dos três estados, segundo a qual se teria passado, num primeiro momento, pelo estado religioso, no qual predominam explicações de caráter transcendente, apoiado na ideia da existência de deuses e culminando na concepção de um deus único. No segundo estado, denominado filosófico, as explicações para os fenômenos apoiam-se numa concepção abrangente e metafísica de Natureza. Por fim, o terceiro estado, chamado por ele de científico ou positivo, fundamenta-se em observações e experimentações científicas aplicadas aos próprios fenômenos, a partir das quais se buscaria a síntese da condição humana. Ninguém ainda a conseguiu.*

(Adaptado de: Ivanor Luiz Guarnieri e Fábio Lopes Alves. **Ver e entender a Comunicação**. São Paulo: Arte e ciência, 2008, p. 55)

17. Os três estados propostos por Comte, em sua análise da história humana, supõem como critério
- (A) a progressão do conhecimento, por meio da crescente positivação da ciência voltada para a análise dos fenômenos.
  - (B) a alternância entre os momentos marcados pela força da fé religiosa e os marcados pelas conquistas tecnológicas.
  - (C) o avanço ou o retrocesso na compreensão que tem o homem da Natureza, vista como entidade transcendente.
  - (D) o evolucionismo naturalista, de acordo com o qual os condicionamentos do meio levam a sucessivas sínteses.
  - (E) o relativismo filosófico, segundo o qual todo conhecimento metafísico depende de uma síntese ainda desconhecida.

18. É preciso **corrigir**, por falha estrutural de construção, a **redação** da seguinte frase:

- (A) Os religiosos certamente não concordarão com a ideia de que o cientificismo, na escalada do conhecimento humano, é superior ao saber proporcionado pela fé.
- (B) Ao propor três estados em sua totalização da história humana, a síntese que Auguste Comte buscava permanece fora do alcance de nossa compreensão.
- (C) O que se sabe é que sempre houve e sempre haverá pensadores que se aplicam na busca da totalização do sentido da história humana.
- (D) A partir de meados do século XIX, o positivismo de Comte difundiu-se pelo mundo, exercendo influência tanto no plano científico como no filosófico.
- (E) A última frase do texto, que aponta para o malogro de tantas tentativas de síntese, lembra também um desafio que sempre se coloca para os grandes pensadores.

19. Quanto às normas de concordância verbal, ocorre uma **irregularidade** na seguinte frase:

- (A) Com a expressão *estado filosófico*, o pensador aludiu a certas ideias dominantes, pelas quais se alcançaria conhecer os valores profundos da Natureza.
- (B) Deve-se à atenta observação dos fenômenos e ao rigor das experiências científicas, segundo Comte, o sucesso dos métodos positivistas.
- (C) É certo que na tradição dos pensadores mais ambiciosos buscavam-se sempre, com denodo e aplicação, a síntese mesma dos conhecimentos humanos.
- (D) Se um dia nos for dado conhecer os princípios mesmos da história humana, em que passaremos a aplicar nossas faculdades investigativas?
- (E) Haveria um predomínio das explicações de caráter transcendente na época cujos valores resumiu Comte com a expressão *estado religioso*.

20. Na teoria dos três estados, ..... Comte sintetizava sua visão da história humana, há muitas teses controversas, ..... contestação muita gente já se aplicou.

Preenchem de modo correto e coerente as lacunas da frase acima, respectivamente:

- (A) pela qual - de cuja
- (B) em cuja - na qual a
- (C) por onde - da qual a
- (D) à qual - cuja
- (E) com a qual - em cuja

**Informática**

21. Ana digitou um texto utilizando o *BrOffice.org Writer* versão 3.1 em português que tinha 250 ocorrências da palavra **direito** distribuídas em locais diferentes do texto. Ao terminar a digitação, resolveu colocar todas as ocorrências dessa palavra em negrito. Pensou em localizar cada palavra, selecioná-la e aplicar o efeito negrito, mas percebeu que isso levaria muito tempo. Procurou então uma forma de fazer isso automaticamente, através de algum recurso do editor de texto.

O recurso do *BrOffice.org Writer* que permite realizar a tarefa desejada por Ana pode ser encontrado no menu Editar, a partir de um clique na opção

- (A) Localizar e Substituir.
- (B) Formatar texto.
- (C) Localizar e Formatar.
- (D) Formatar e Substituir.
- (E) Definir Estilo.

22. No capítulo que dispõe sobre o direito à vida e à saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz o seguinte trecho:

Art. 8º É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.

§ 1º A gestante será encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema.

§ 2º A parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.

Notam-se no trecho alguns símbolos especiais, como § e º. No *BrOffice.org Writer* versão 3.1 em português esses símbolos, tradicionalmente usados em textos da área de Direito, podem ser obtidos a partir da opção **.....I** contida no menu **.....II**.

As lacunas **.....I** e **.....II** são preenchidas, correta e respectivamente, com

	I	II
A	Símbolo	Inserir
B	Indicador	Editar
C	Símbolo	Página Inicial
D	Caractere Especial	Inserir
E	Caractere Especial	Página Inicial

23. Ana foi solicitada por seu chefe a criar, utilizando o *BrOffice.org Calc 3.1* em português, a planilha a seguir:

	A	B	C	D	E	F
1	<b>Controle de internações</b>					
2	<b>Nome do Menor</b>	<b>Data da Internação</b>	<b>Data atual</b>	<b>Meses</b>	<b>Anos</b>	<b>Situação</b>
3	Pedro Silva	10/02/12	13/04/13	14	1,17	Internado
4	André Pereira	23/01/11	13/04/13	27	2,25	Internado
5	Maria dos Santos	01/04/10	13/04/13	36	3	Liberado

Na célula D3, utilizou a fórmula  $=\text{ANO}(\text{C3})-\text{ANO}(\text{B3})*12+\text{MÊS}(\text{C3})-\text{MÊS}(\text{B3})$  para calcular a quantidade aproximada de meses existentes entre a data contida na célula B3 e a data contida na célula C3. Na célula E3 utilizou a fórmula  $=\text{D3}/12$  para calcular o equivalente em meses do valor contido na célula D3. Na célula F3 utilizou uma fórmula que verifica o valor contido na célula E3. Se esse valor for maior ou igual a 3 é exibida a palavra Liberado, senão, é exibida a palavra Internado.

A fórmula contida na célula F3 é

- (A)  $=\text{SE}(\text{E3}>=3)\text{ENTÃO}\{\text{"Liberado"}\}\text{SENÃO}\{\text{"Internado"}\}$
- (B)  $=\text{COMPARE}(\text{E3}>=3,\text{"Liberado"},\text{"Internado"})$
- (C)  $=\text{SE}(\text{E3}>=3;\text{"Liberado"};\text{"Internado"})$
- (D)  $=\text{COMPARE}(\text{E3}>=3;\text{"Liberado"};\text{"Internado"})$
- (E)  $=\text{IF}(\text{E3}>=3 \text{ then } \text{"Liberado"} \text{ else } \text{"Internado"})$



24. Ao perceber que seu computador estava com problemas para se conectar a outros computadores e à internet, Paula ligou para uma empresa de suporte e foi atendida por um técnico em informática. O técnico solicitou a ela que realizasse as seguintes tarefas no *Windows 7*:
- Verificar se o computador está conectado à rede ou à internet.
  - Verificar o tipo de conexão e o nível de acesso do computador a outros computadores e dispositivos na rede.

Para realizar essas tarefas, Paula deve entrar no Painel de Controle do *Windows*, clicar na opção Rede e internet e, em seguida, na opção

- (A) Configurações de Rede.
- (B) Central de Rede e Compartilhamento.
- (C) Rede Doméstica.
- (D) Definir Opções de Compartilhamento.
- (E) Diagnóstico da Rede.

25. Considere o texto a seguir:

*Existem duas maneiras de representar uma informação: analogicamente ou digitalmente. Uma música é gravada numa fita K7 magnética de forma analógica, codificada na forma de uma grande onda de sinais magnéticos, que pode assumir um número ilimitado de frequências. Um som grave seria representado por um ponto mais baixo da onda, enquanto um ponto mais alto representaria um som agudo.*

*O sistema digital, por sua vez, permite armazenar qualquer informação na forma de uma sequência de valores uns e zeros. O número 181, por exemplo, pode ser representado digitalmente como 10110101. Qualquer tipo de informação, seja um texto, uma imagem, um vídeo, um programa, ou qualquer outra coisa, será processado e armazenado pelo computador na forma de uma grande sequência de uns e zeros.*

(<http://www.hardware.com.br/livros/entendendo-linux/como-funciona.html>)

Na computação os “uns e zeros” citados no texto são conhecidos como

- (A) *pulses*.
  - (B) *bytes*.
  - (C) *bits*.
  - (D) *clocks*.
  - (E) *bios*.
26. Na empresa em que Paulo trabalha, o *link* de internet banda larga é recebido em um *modem Wi-Fi* da marca Motorola SVG 1202 que permite que vários computadores utilizem a internet simultaneamente, compartilhando a velocidade. Isso torna possível conectar-se à internet de *tablets*, *smartphones* e *notebooks*. Porém, o alcance do sinal do *modem Wi-Fi* não atinge algumas áreas da empresa que necessitam de acesso à internet. Para resolver esse problema, Paulo sugeriu a utilização de um equipamento que, além de poder ser conectado a uma rede cabeada para fornecer acesso sem fio a ela, também pode ser utilizado para estender o alcance do sinal do *modem Wi-Fi* para as áreas da empresa que precisam de acesso à internet.

O equipamento sugerido por Paulo é denominado

- (A) *access point*.
- (B) *hub*.
- (C) *switch*.
- (D) filtro de linha.
- (E) *bridge*.



27. Carla precisa realizar as seguintes configurações no *Internet Explorer* 9:

- Definir a página da empresa como a página que será exibida ao abrir o navegador.
- Excluir informações armazenadas sobre sites visitados.
- Alterar a maneira como os arquivos de internet temporários são utilizados e por quanto tempo o histórico de navegação será salvo.
- Alterar os provedores de pesquisa utilizados quando se faz uma pesquisa na barra de endereços.
- Alterar as configurações de navegação com guias e configurações de *pop-ups*.

Para realizar estas tarefas há uma ferramenta que permite alterar ou restaurar as diversas configurações gerais do navegador em um único lugar. Para acessar essa ferramenta clica-se no botão **Ferramentas** (que possui o ícone de uma roda dentada) no canto superior direito da janela do navegador e na opção

- (A) Gerenciador de Tarefas.
- (B) Configurações.
- (C) Opções da Internet.
- (D) Opções Gerais.
- (E) Gerenciar Configurações.

28. No uso diário do computador, Pedro

- I. considera que mensagens vindas de conhecidos nem sempre são confiáveis, verificando se contêm vírus antes de abri-las.
- II. mantém habilitada a autoexecução de mídias removíveis.
- III. mantém habilitada, no programa leitor de *e-mails*, a autoexecução de arquivos anexados.
- IV. configura seu *antimalware* para verificar apenas os formatos de arquivo executáveis (.exe).

Podem comprometer a segurança do computador as ações contidas SOMENTE em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.

29. Sobre manipulação de arquivos no *Windows 7* em português, é correto afirmar que,

- (A) para mostrar tipos diferentes de informações sobre cada arquivo de uma janela, basta clicar no botão **Classificar** na barra de ferramentas da janela e escolher o modo de exibição desejado.
- (B) quando você exclui um arquivo do disco rígido, ele é apagado permanentemente e não pode ser posteriormente recuperado caso tenha sido excluído por engano.
- (C) para excluir um arquivo de um *pen drive*, basta clicar com o botão direito do *mouse* sobre ele e selecionar a opção Enviar para a lixeira.
- (D) se um arquivo for arrastado entre duas pastas que estão no mesmo disco rígido, ele será compartilhado entre todos os usuários que possuem acesso a essas pastas.
- (E) se um arquivo for arrastado de uma pasta do disco rígido para uma mídia removível, como um *pen drive*, ele será copiado.

30. Uma VPN (*Virtual Private Network*) é uma rede virtual, criada para interligar duas redes distantes através da internet. Esse tipo de rede

- (A) não pode ser acessada remotamente.
- (B) não permite compartilhar arquivos.
- (C) não permite compartilhar impressoras.
- (D) é considerada 100% segura, como os demais tipos de rede.
- (E) trafega dados encriptados.





## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Direito Constitucional

31. De acordo com a Constituição Federal, é VEDADO à União explorar os

- (A) portos marítimos, fluviais e lacustres, que deverão ser explorados pelos Estados, diretamente ou mediante concessão, nos termos da lei.
- (B) serviços de gás canalizado, que deverão ser prestados pelos Estados diretamente, ou mediante concessão, vedada a edição de medida provisória para sua regulamentação.
- (C) serviços de radiodifusão sonora e de som e de imagens, uma vez que a atividade é livre à iniciativa privada.
- (D) serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, uma vez que cabe aos Estados prestá-los diretamente ou mediante concessão.
- (E) serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, que deverão ser explorados diretamente, ou em regime de concessão, pelos Estados, ressalvados os serviços que transponham os limites de Estado ou Território.

32. Suponha que lei federal dispondo sobre normas gerais em matéria de assistência jurídica e defensoria pública tenha sido inteiramente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, por vício formal, em decisão proferida em sede de ação direta de inconstitucionalidade, com efeitos *erga omnes* e imediatos. Diante desse quadro, após a publicação do acórdão declarando a inconstitucionalidade da referida lei, os Estados-membros

- (A) poderão legislar plenamente em matéria de assistência jurídica e defensoria pública, uma vez que lhes compete legislar privativamente sobre a matéria.
- (B) não poderão legislar sobre a matéria objeto da lei declarada inconstitucional, sequer para atender às suas peculiaridades, uma vez que se trata de competência privativa da União.
- (C) não poderão legislar em matéria de assistência jurídica e defensoria pública, salvo se receberem delegação por parte da União.
- (D) poderão legislar apenas sobre normas específicas em matéria de assistência jurídica e defensoria pública, para atender às suas peculiaridades, desde que tenha sido editada nova lei federal versando sobre normas gerais.
- (E) poderão legislar plenamente em matéria de assistência jurídica e defensoria pública, para atender às suas peculiaridades, mas as normas gerais futuramente editadas pela União suspenderão os efeitos da lei estadual no que lhe for contrário.

33. Suponha que o Governador de determinado Estado da federação tenha decretado intervenção em um Município, por não ter aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. O decreto de intervenção afastou os Secretários Municipais de saúde e de educação; nomeou interventor junto ao Poder Executivo para o fim de tomar as providências cabíveis para dar cumprimento à obrigação descumprida pelo Município; fixou prazo de seis meses para a intervenção, podendo ser prorrogado, e ainda determinou que o decreto seria submetido à apreciação da Assembleia Legislativa. Considerando que a intervenção foi decretada independentemente de ordem ou decisão judicial do Tribunal de Justiça e, partindo-se do pressuposto de que a hipótese fática que justificou a medida realmente ocorreu, conclui-se que o decreto interventivo é

- (A) inconstitucional, uma vez que a intervenção não permite o afastamento de autoridades municipais, em razão do princípio da autonomia municipal.
- (B) inconstitucional, uma vez que a medida somente poderia ser determinada mediante prévia decisão judicial do Tribunal de Justiça do Estado, proferida em representação proposta pelo Ministério Público estadual.
- (C) inconstitucional, uma vez que o prazo para intervenção não pode ser prorrogado, por expressa vedação da Constituição Federal.
- (D) constitucional, uma vez que foram observados os requisitos exigidos pela Constituição Federal para o decreto da medida.
- (E) constitucional, uma vez que foram observados os requisitos exigidos pela Constituição Federal para a imposição da medida, ainda que seja dispensável submetê-lo à apreciação da Assembleia Legislativa.

34. Nos termos da Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa poderão sujeitar o responsável, na forma e gradação previstas em lei, à

- (A) perda da função pública, à indisponibilidade dos bens e ao ressarcimento ao erário, sendo vedada a suspensão dos direitos políticos do agente improbo, uma vez que essa providência violaria um dos fundamentos da República Federativa do Brasil: a cidadania.
- (B) suspensão dos direitos políticos, à perda da função pública, à indisponibilidade dos bens e ao ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (C) indisponibilidade dos bens e ao ressarcimento ao erário, sem prejuízo da suspensão dos direitos políticos, que somente poderá ser determinada por sentença penal condenatória transitada em julgado.
- (D) indisponibilidade dos bens e ao ressarcimento ao erário, sem prejuízo da perda da função pública, que somente poderá ser determinada por sentença penal condenatória transitada em julgado.
- (E) suspensão dos direitos políticos, à perda da função pública e ao ressarcimento ao erário, sendo vedada a indisponibilidade dos bens do agente improbo, uma vez que essa providência violaria o princípio do devido processo legal.



35. Ao legislar sobre direitos e deveres de seus servidores ocupantes de cargos públicos, o Estado-membro poderá afastar a garantia constitucional prevista para os trabalhadores de
- (A) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
  - (B) recebimento de salário nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
  - (C) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
  - (D) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
  - (E) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
36. Suponha que certo Estado da Federação tenha editado lei dispondo sobre vencimentos dos servidores estatutários da administração pública direta, ocasião em que determinou
- I. que seriam majorados, anualmente, na mesma porcentagem da variação do salário mínimo.
  - II. que os servidores de determinadas carreiras seriam remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, observado o direito à irredutibilidade salarial e o direito adquirido.
  - III. a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
- A referida lei é incompatível com a Constituição Federal no que diz respeito
- (A) ao estabelecimento de relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, uma vez que é vedado o estabelecimento de vinculação de qualquer espécie para fins remuneratórios.
  - (B) à fixação de subsídios para servidores organizados em carreira, uma vez que essa espécie remuneratória aplica-se apenas ao membro de Poder, ao detentor de mandato eletivo, aos Ministros de Estado e aos Secretários Estaduais e Municipais.
  - (C) à determinação de majoração dos vencimentos dos servidores na mesma porcentagem da variação do salário mínimo, uma vez que apenas poderia ser determinada a majoração em razão da variação de índice federal de correção monetária.
  - (D) à determinação de majoração dos vencimentos dos servidores na mesma porcentagem da variação do salário mínimo, uma vez que é vedada a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.
  - (E) à fixação de subsídios para servidores organizados em carreira, uma vez que, mesmo quando remunerados por subsídios, têm direito ao recebimento de gratificações, adicionais, abonos e prêmios previstos para os demais servidores públicos do Estado.
37. Considerando a disciplina constitucional a respeito da matéria, súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal
- (A) deve também ser cumprida pela administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, cabendo a propositura de reclamação, de competência originária do Supremo Tribunal Federal, contra o ato administrativo violador.
  - (B) não pode versar sobre a constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, ainda que a matéria possa ser objeto de súmula vinculante editada pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado, desde que seja prevista na Constituição estadual em conformidade com o modelo federal.
  - (C) não pode versar sobre a constitucionalidade de lei ou ato normativo já revogado, uma vez que, neste caso, não há perigo de infringência à supremacia constitucional.
  - (D) não pode versar sobre a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, uma vez que esta matéria está restrita à competência exclusiva do Conselho Nacional de Justiça.
  - (E) pode ser revista por provocação de qualquer legitimado para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, mas não de ofício pelo próprio Tribunal.
- Direito Administrativo**
38. Determinado Secretário Municipal cedeu caminhões e servidores municipais para que realizassem a mudança de um conhecido político da região. Houve, portanto, empréstimo de bens e servidores públicos para a satisfação de interesses pessoais de agente político. O caso narrado evidencia a violação ao seguinte princípio do Direito Administrativo:
- (A) especialidade.
  - (B) moralidade.
  - (C) publicidade.
  - (D) autotutela.
  - (E) tutela.
39. A Administração Pública pretende revogar ato administrativo sob o fundamento de que apresenta ilegalidade em seu objeto. Nesse caso,
- (A) a postura da Administração está incorreta, vez que pode, por razões de conveniência e oportunidade, manter ato administrativo ilegal.
  - (B) a postura da Administração está correta, vez que a revogação pode se dar na hipótese narrada.
  - (C) o ato em questão não comporta revogação e sim, anulação.
  - (D) o ato em questão deve permanecer no mundo jurídico, pois o vício no objeto do ato administrativo é sempre passível de convalidação.
  - (E) o ato administrativo em questão deve ser extirpado do mundo jurídico através do instituto da convalidação e não de revogação.



40. O Poder Judiciário, ao ser instado por um jurisdicionado em ação judicial própria, apreciou os motivos de determinado ato administrativo, isto é, os fatos que antecederam à elaboração do ato, concluindo, ao final da demanda, pela sua falsidade, e, assim, anulando o ato. Na hipótese narrada, o Poder Judiciário
- (A) agiu corretamente, desde que o ato administrativo seja discricionário, não se aplicando tal postura para ato administrativo vinculado.
- (B) não agiu corretamente, pois o Judiciário não pode reapreciar quaisquer dos requisitos dos atos administrativos; tal tarefa compete, exclusivamente, à própria Administração Pública.
- (C) não poderia ter apreciado os motivos do ato, por se tratar das razões de conveniência e oportunidade que motivaram o administrador público a realizar tal ato.
- (D) agiu corretamente, desde que o ato administrativo seja vinculado, não se aplicando tal postura para ato administrativo discricionário.
- (E) agiu corretamente, vez que no caso narrado não houve invasão do mérito do ato administrativo.
- 
41. Nos termos da Lei nº 8.666/93, havendo inexecução total ou parcial do contrato administrativo a Administração poderá aplicar ao contratado determinadas sanções administrativas. As sanções administrativas de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de
- (A) 05 dias úteis.
- (B) 30 dias úteis.
- (C) 20 dias úteis.
- (D) 15 dias úteis.
- (E) 10 dias úteis.
- 
42. No que concerne às disposições atinentes ao Pregão, previstas na Lei nº 10.520/02, é INCORRETO o que consta em:
- (A) Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.
- (B) A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação.
- (C) A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
- (D) No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por militares.
- (E) Na fase preparatória do pregão, a autoridade competente justificará a necessidade de contratação, definirá o objeto do certame, e, dentre outras medidas, definirá as cláusulas do contrato, exceto a fixação dos prazos para fornecimento, estipulada apenas no momento da contratação.
- 
43. Considere as seguintes assertivas concernentes à fase de instrução do processo administrativo, no âmbito da Administração Pública Federal:
- I. Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.
- II. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
- III. Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.
- IV. Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.
- Nos termos da Lei nº 9.784/99, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I e IV.
- 
44. Otávio, agente público, revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições e que devia permanecer em segredo. Em razão de tal conduta, foi processado por improbidade administrativa, tendo o Ministério Público, autor da ação, solicitado sua condenação pela prática de conduta descrita no artigo 11 da Lei nº 8.429/92, que trata da violação aos princípios da Administração Pública, especificamente o inciso III do citado dispositivo legal, ora transcrito: *“revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo”*. Em sua defesa, o citado agente comprovou, através de ampla instrução probatória, que não agiu com dolo, mas sim que sua conduta foi meramente culposa, causada por imperícia. A respeito do tema, é correto afirmar que Otávio
- (A) praticou ato ímprobo, pois para a ocorrência do ato de improbidade administrativa previsto no artigo 11 da referida Lei basta a incidência da conduta à norma legal, não sendo necessário qualquer elemento subjetivo por parte do agente.
- (B) não praticou ato ímprobo, pois a Lei de Improbidade Administrativa não se aplica aos agentes públicos.
- (C) praticou ato ímprobo, pois o ato de improbidade administrativa previsto no artigo 11 da referida Lei exige apenas conduta culposa.
- (D) praticou ato ímprobo, pois o ato de improbidade administrativa previsto no artigo 11 da referida Lei exige conduta dolosa ou culposa.
- (E) não praticou ato ímprobo, pois para a ocorrência do ato de improbidade administrativa, previsto no artigo 11 da referida Lei, imprescindível se faz a presença de dolo.

**Direito Civil**

45. Consideram-se bens móveis para os efeitos legais:
- (A) as edificações que, separadas do solo, mas conservando sua unidade, forem removidas para outro local.
  - (B) o direito à sucessão aberta.
  - (C) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
  - (D) as energias que tenham valor econômico.
  - (E) tudo quanto se incorporar ao solo artificialmente.

46. Sobre negócio jurídico, da condição, do termo e do encargo, é correto afirmar:
- (A) Em regra, o encargo suspende a aquisição e o exercício do direito.
  - (B) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
  - (C) Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições física ou juridicamente impossíveis, quando resolutivas.
  - (D) Se resolutiva a condição, não tem efeito o negócio jurídico enquanto esta não se realizar.
  - (E) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.

47. Considere a seguinte proposição:

*Momentos antes de cirurgia para colocação de prótese, representante de seguradora de saúde exige assinatura de aditivo contratual majorando o preço pago pelo segurando, sob pena de não cobrir a cirurgia a ser realizada.*

Está-se diante de

- (A) erro ou ignorância.
- (B) coação.
- (C) estado de perigo.
- (D) dolo.
- (E) simulação.

48. Sobre o adimplemento e extinção das obrigações, considere:
- I. Efetuar-se-á o pagamento, em regra, no domicílio do credor.
  - II. O devedor que paga pode reter o pagamento enquanto a quitação não lhe for dada.
  - III. A entrega do título ao devedor firma a presunção relativa do pagamento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) I e II.

49. A compra e venda

- (A) salvo estipulação em contrário, obriga o vendedor às despesas da tradição.
- (B) aperfeiçoa-se apenas com a entrega da coisa.
- (C) possibilita a fixação do preço pelo arbítrio exclusivo de uma das partes.
- (D) obriga o vendedor a entregar a coisa antes de recebido o preço, mesmo que se trate de negócio à vista.
- (E) feita de ascendente a descendente é nula, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

50. O Código Civil brasileiro atual

- (A) isenta o incapaz de responder pelos prejuízos que causar, sem nenhuma ressalva.
- (B) aboliu a responsabilidade subjetiva.
- (C) impõe responsabilidade objetiva ao empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- (D) determina que o dono ou detentor do animal repare o dano por este causado, se a vítima comprovar dolo.
- (E) dispõe que a obrigação de prestar a reparação não se transmite com a herança.

51. A indenização

- (A) mede-se pela extensão da culpa.
- (B) deve ser fixada tendo-se em conta a gravidade da culpa da vítima, quando esta tiver concorrido para a ocorrência do dano.
- (C) não pode ser reduzida equitativamente, nem no caso de desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- (D) no caso de homicídio, consiste na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, até a morte do alimentando, excluídas outras reparações.
- (E) é inexigível se o devedor não puder cumprir a prestação na espécie ajustada.

**Direito Processual Civil**

52. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, compete ao réu alegar, em contestação, incompetência

- (A) relativa, podendo formular pedido contraposto apenas por meio de reconvenção, que deverá ser apresentada no prazo da contestação.
- (B) relativa, podendo, em regra, formular pedido contraposto, na mesma petição.
- (C) absoluta e relativa, podendo formular pedido contraposto, na mesma petição, apenas em hipóteses excepcionais.
- (D) absoluta, podendo formular pedido contraposto, na mesma petição, apenas em hipóteses excepcionais.
- (E) absoluta e relativa, podendo formular pedido contraposto apenas por meio de reconvenção, que deverá ser apresentada no dobro do prazo da contestação.



<p>53. O ônus da prova compete ao autor,</p> <p>(A) não admitindo inversão.</p> <p>(B) em regra, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito.</p> <p>(C) salvo convenção em contrário, que pode recair sobre direito indisponível da parte.</p> <p>(D) quanto ao fato constitutivo de seu direito, não admitindo inversão, salvo se o Ministério Público for parte, independentemente da natureza da lide.</p> <p>(E) quanto ao fato constitutivo de seu direito, admitindo inversão, em hipóteses excepcionais, independentemente de ser ou não parte o Ministério Público.</p>	<p>57. Em execução de título executivo extrajudicial, os embargos</p> <p>(A) não impedem a efetivação dos atos de penhora e avaliação de bens.</p> <p>(B) dependem de prévia garantia do juízo.</p> <p>(C) são recebidos, em regra, no efeito suspensivo.</p> <p>(D) serão oferecidos no prazo de dez dias contados da data da citação.</p> <p>(E) podem versar apenas sobre nulidade da execução.</p>
<p>54. A confissão</p> <p>(A) não pode ser revogada depois de findo o processo em que foi emanada.</p> <p>(B) faz prova contra o confitente e sempre prejudica os litisconsortes.</p> <p>(C) não vale como tal, se disser respeito a direitos indisponíveis.</p> <p>(D) é apenas judicial.</p> <p>(E) é divisível, em regra, podendo a parte, a quem beneficia, aceitá-la apenas no tópico que lhe for favorável.</p>	<p>58. Contra a decisão que indefere pedido de liminar, em mandado de segurança, cabe em regra</p> <p>(A) mandado de segurança, em 120 dias, dirigido ao juiz que proferiu a decisão recorrida.</p> <p>(B) agravo de instrumento, no prazo de 10 dias, dirigido diretamente ao tribunal competente.</p> <p>(C) agravo de instrumento, no prazo de 5 dias, dirigido ao juiz que proferiu a decisão recorrida.</p> <p>(D) agravo de instrumento, no prazo de 10 dias, dirigido ao juiz que proferiu a decisão recorrida.</p> <p>(E) mandado de segurança, em 120 dias, dirigido diretamente ao tribunal competente.</p>
<p>55. Da sentença e da coisa julgada, é correto afirmar:</p> <p>(A) Publicada a sentença, é defeso ao juiz alterá-la por meio de embargos de declaração, mesmo que para suprir omissão.</p> <p>(B) Nas ações que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, pode o juiz, de ofício, impor multa diária ao réu, fixando prazo razoável para o cumprimento da decisão.</p> <p>(C) Faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.</p> <p>(D) Pode o juiz proferir sentença de natureza diversa da que foi pedida, se o autor for parte hipossuficiente.</p> <p>(E) A coisa julgada beneficia terceiros, em se tratando de pessoa incapaz.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Penal</b></p> <p>59. Sobre a aplicação da lei penal excepcional ou temporária, de acordo com o Código Penal brasileiro, é correto afirmar:</p> <p>(A) Fere o princípio constitucional da irretroatividade da lei e deve ser declarada inconstitucional.</p> <p>(B) Embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.</p> <p>(C) Está restrita ao direito penal militar em tempo de guerra.</p> <p>(D) Aplica-se ao fato praticado anteriormente à sua vigência desde que não tenha decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.</p> <p>(E) Não está prevista no direito brasileiro que adota o princípio da estrita legalidade.</p>
<p>56. São títulos executivos extrajudiciais, entre outros,</p> <p>(A) a nota promissória, o acordo extrajudicial homologado em juízo e a sentença arbitral.</p> <p>(B) o documento particular assinado pelo devedor, a sentença arbitral e o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público.</p> <p>(C) o acordo extrajudicial homologado em juízo, o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas e a nota promissória, ainda que prescrita.</p> <p>(D) o honorário do perito aprovado por decisão judicial, o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas e o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público.</p> <p>(E) o acordo extrajudicial homologado em juízo, a sentença arbitral e o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público.</p>	<p>60. No Direito Penal brasileiro no que se refere ao concurso de pessoas, se a participação for de menor importância pode-se afirmar que</p> <p>(A) o conceito de menor importância é dado pela natureza do delito, assim, limita-se aos casos de infração de menor potencial ofensivo.</p> <p>(B) somente tem aplicabilidade aos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.</p> <p>(C) nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade não pode ser diminuída.</p> <p>(D) o partícipe pode ter a pena diminuída de um sexto a um terço.</p> <p>(E) tem efeito de mera circunstância atenuante na aplicação da pena, não servindo para redução da pena em margens preestabelecidas.</p>



61. De acordo com o Código Penal brasileiro considera-se funcionário público, para os efeitos penais,
- (A) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública.
  - (B) os servidores públicos que transitoriamente exerçam auxílio ao aparato estatal, o *munus* público.
  - (C) apenas os funcionários públicos em sentido estrito, aqueles que foram aprovados em concurso público.
  - (D) apenas os que exercem cargo, emprego ou função pública mediante remuneração.
  - (E) exclusivamente quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo público.

**Direito Processual Penal**

62. Sobre a produção de prova no inquérito policial, é correto afirmar:
- (A) Exige repetição em juízo mesmo quanto às de natureza técnica, científica ou pericial.
  - (B) É produzida exclusivamente pela autoridade policial sem interferência do Ministério Público ou do indiciado ou do ofendido.
  - (C) Tem oportunidade para o contraditório quando o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado requererem qualquer diligência.
  - (D) Dispensa confirmação judicial nas hipóteses de confissão presenciada por advogado constituído do indiciado.
  - (E) É produzida sem intervenção da defesa técnica, por seu caráter indiciário, sendo possível à autoridade policial interrogar sigilosamente o indiciado.

63. O juiz NÃO poderá exercer jurisdição no processo em que
- (A) se tratando de processo de execução criminal, tiver proferido a sentença condenatória ao réu.
  - (B) ele próprio houver requisitado a instauração de inquérito policial.
  - (C) tiver funcionado seu cunhado como analista do Ministério Público.
  - (D) tiver o nome de seu cônjuge citado em depoimento de terceiro, como testemunha do delito.
  - (E) tiver funcionado seu cônjuge como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.

64. NÃO se enquadra na hipótese de flagrante delito a do agente que
- (A) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
  - (B) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
  - (C) está cometendo a infração penal.
  - (D) acaba de cometer a infração penal.
  - (E) tendo conhecida a autoria desde o início, é preso horas depois mediante ordem escrita de autoridade judicial competente.

**Direito da Criança e do Adolescente**

65. Vera, estudante de arquitetura, possui vinte anos de idade e é solteira. Em razão do falecimento de seu avô, através de testamento, ela herdou grande quantia em dinheiro e, atualmente, está financeiramente estável. Diante dessa situação e devido à sua grande vontade de ser mãe, Vera pretende adotar uma criança. Em regra, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando a idade de Vera, ela
- (A) possui capacidade para a adoção, mas terá que ser, pelo menos dez anos mais velha que o adotando.
  - (B) possui capacidade para a adoção, mas terá que ser, pelo menos, dezesseis anos mais velha que o adotando.
  - (C) possui capacidade para adoção, mas deverá, necessariamente, estar casada ou manter união estável.
  - (D) não possui capacidade para a adoção, uma vez que o referido Estatuto veda a adoção para menores de vinte e um anos de idade.
  - (E) não possui capacidade para a adoção, uma vez que o referido Estatuto veda a adoção para menores de vinte e cinco anos de idade.

66. Com relação ao estágio e à aprendizagem, é correto afirmar:
- (A) O contrato de aprendizagem não pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social para ser considerado válido, exceto para o aprendiz maior de 18 anos.
  - (B) A idade máxima de um aprendiz é, em regra, 24 anos, enquanto que o estagiário não possui idade máxima para validação do regime de estágio.
  - (C) O contrato de estágio, em regra, poderá exceder dois anos, ao contrário do contrato de aprendizagem que não poderá exceder, em nenhuma hipóteses, este período.
  - (D) O menor portador de deficiência só poderá ser aprendiz se possuir mais de dezesseis anos de idade.
  - (E) A concessão ao estagiário de benefícios relacionados à alimentação e saúde caracteriza vínculo empregatícios.



67. Considere as seguintes assertivas a respeito da Internação como medida socioeducativa:
- I. Em nenhuma hipótese, o período máximo de internação excederá a dois anos.
  - II. A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.
  - III. Durante o período de internação, exceto provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.
  - IV. Em regra, será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

---

### Legislação do Ministério Público

68. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 72/08, as Procuradorias de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Comissão de Concurso são órgãos do Ministério Público, respectivamente,
- (A) de administração, de execução e auxiliar.
  - (B) de administração, de execução e de execução.
  - (C) auxiliar, de execução e auxiliar.
  - (D) auxiliar, de administração e de administração.
  - (E) de execução, de administração e de administração.

69. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, a decisão sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público compete ao
- (A) Presidente da Comissão de Concurso, isoladamente.
  - (B) Procurador-Geral de Justiça, isoladamente.
  - (C) Corregedor-Geral do Ministério Público, isoladamente.
  - (D) Conselho Superior do Ministério Público.
  - (E) Colégio dos Procuradores de Justiça.

70. Considere:
- I. Vice-Procurador-Geral da República.
  - II. Procurador-Geral do Trabalho.
  - III. Procurador-Geral da Justiça Militar.
  - IV. Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar.
  - V. Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal.
  - VI. Procurador Geral do Estado do Ceará.

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 75/93, NÃO integram o Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União os indicados APENAS em

- (A) III e V.
- (B) I, IV e VI.
- (C) IV e VI.
- (D) IV, V e VI.
- (E) I, II e III.



**DISCURSIVA-REDAÇÃO**

*Embora a Lei nº 12.737/2012 – apelidada de Lei Carolina Dieckmann por conta do vazamento de fotos da atriz – seja considerada um avanço no tratamento de crimes cibernéticos, as dificuldades oferecidas pelo universo virtual podem prejudicar a aplicação das regras na prática.*

(Disponível em: [www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br). Com adaptações)

Com base no que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

**Proteção aos usuários de dispositivos eletrônicos: avanços e entraves**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	